

Cultura dos cuidados no Brasil escravista: os negros no diário de Maria Graham (1821-1823)

Paulo Fernando de Souza Campos
Bruno dos Santos Barbosa

Resumo

Por intermédio do diário de Maria Graham (1785-1842), o artigo retoma o contexto histórico escravista marcado pela transferência da Coroa Portuguesa (1808-1820) para o Brasil, desse modo, problematiza como as enfermidades atravessam sua narrativa. O artigo mapeia vivências relatadas pela autora durante sua viagem no que se refere à saúde e às doenças que emergem desse *locus* enunciativo em permanente diálogo com a historiografia. Os resultados reiteram que negros constituem os agentes prioritários das artes de curar no contexto delimitado, pois atuam de modo contundente na saúde ao exercitarem o cuidar e o curar, do nascimento à morte.

Palavras-Chave: Interdisciplinaridade. História da Saúde. História dos Negros no Brasil.

Culture care in slavery Brazil: the negro in the diary of Maria Graham (1821-1823)

Abstract

Through the diary of Maria Graham (1785-1842), the article retakes the historical context of slavery marked by the transfer of the Portuguese Crown (1808-1820) to Brazil, thus problematizing how the disease traverse her narrative. The article maps experiences reported by the author during her trip regarding health and sickness emerge from this enunciative *locus* in permanent dialogue with historiography. The results reiterate that negro constituted the priority agents of the healing arts in the delimited

context, as they act in a forceful way in health by exercising care and healing, from birth to death.

Keywords: Interdisciplinarity. Health History. History of Negro in Brazil.

Texto integral

Introdução

A escravidão de negros africanos serviu como constructo para sociabilidades que ainda hoje agenciam relações histórico-sociais entre negros e brancos no Brasil. Forjadas ao longo do processo histórico que abarca o Brasil Colônia (1500 – 1822) e o Brasil Império (1822 – 1889), ou seja, durante quatro séculos de história oficial, as mentalidades existentes rotularam os negros a partir da escravidão, vale dizer, como naturalmente escravos, inclusive os negros da terra. Assim, mesmo com a possibilidade de reconhecimento de suas ancestralidades nobres, de enriquecimento rápido ou de convívio social mais amplo, populações negras constituíam os alvos privilegiados da exclusão, do preconceito e da intolerância que estruturaram o racismo no Brasil (ALMEIDA, 2019), o que justifica a retomada do tema.

Na contramão da história oficial e dos valores que emana, a historiografia brasileira produzida na década de 1980 desvela homens e mulheres negros diametralmente oposto ao divulgado e consumido pela produção acadêmica tradicional vigente à época. Estudos históricos decorrentes reinventaram o presente-passado dos negros no Brasil ao reconstituírem suas trajetórias a partir de bases teóricas renovadas, exemplarmente, a *New Left* inglesa e a *Nouvelle Histoire* francesa, vale dizer, escolas que remontam aos processos históricos em suas dinâmicas próprias e não mais em categorias ocas, elitistas, mas que evocam o tempo a partir da experiência de homens e de mulheres anônimos, vindos de baixo, marginais, identificados pela historiografia tradicional como destituídos de história, no caso, em relação aos negros, por intermédio

de suas ancestralidades, de seus legados e de suas especificidades culturais milenares (CHALHOUB, 1994; DIAS, 1984; FLORENTINO, 1995; LARA, 1988; MOTT, 1988).

A nova história dos negros no Brasil reconfigura a oficialidade de uma historiografia hermeticamente fechada ao redesenhar abordagens e extrapolar limites impostos pela oficialidade da escrita da história dominante, destacadamente, em relação às fontes históricas. Ao revelar registros anteriormente desprezados, a escrita da história emergente desconstrói o conhecimento hegemônico e colonialista estabelecido como lei, regra geral, via de mão única ou de cima para baixo, pois retira os negros de lugares hermeticamente fechados em que foram indevidamente colocados, ou seja, como boçais, irracionais, “emocionais” ou destituídos do *ethos* revolucionário, motivos pelos quais considerados naturalmente escravos e tratados como hereditariamente inferiores (MACHADO, 1987; MELLO E SOUZA, 2000; ORTIZ, 1994; VAINFAS, 1989).

Na vertente dessa nova historiografia, hoje clássica, a análise que estrutura o presente artigo retoma a literatura de viagem que narra autobiograficamente a permanência de Maria Graham (1785 – 1842) em terras brasileiras como possibilidade de reconhecimento das enfermidades, dos enfermos e das doenças que atravessam seus relatos em diálogo constante com a historiografia referenciada para, desse modo, evidenciar quem eram os agentes da cultura dos cuidados no Brasil escravista. A autora, cabe destacar, não explora o tema da saúde e das doenças, mesmo que durante todo o percurso de sua viagem à América do Sul as questões ligadas ao cuidar, ao cuidado e à cura estejam presentes, ceifando vidas de homens e mulheres, brancos e negros, inclusive, seu marido, que morre durante a travessia, realizando-a permanentemente doente.

Maria Graham se torna reconhecida como uma das mulheres inglesas que publicam diários de viagens. Entre 1821 e 1823, ao acompanhar seu marido Thomas Graham, membro da Marinha Britânica, deslocado para tomar parte nas revoluções pela libertação da América do Sul, rumo ao Chile e à Argentina, ela escreve o *Diário de uma viagem ao Brasil*, originalmente publicado como livro, em 1824, com o título *Journal of a voyage to Brazil: and residence there, during part of the years 1821, 1822, 1823*, importante

obra de referência, pois remonta ao contexto de transferência da Corte do Império Português da Metrópole para a Colônia, movimento que acarreta profundas alterações nas práticas do cotidiano local. Como destaca Jurandir Malerba (2000), aproximadamente 15 mil adventícios desembarcam na cidade do Rio de Janeiro provocando mudanças importantes na vida dos reinóis, as quais, por sua vez, impactam nas práticas de cuidar e de curar, no tratamento das doenças do corpo e da alma, como se dizia.

Autores consultados permitem afirmar que a medicina brasileira, à época, era exercida por uma pequena comunidade de físicos, cirurgiões, boticários, oriunda das elites rurais, proprietários de terras, membros da diplomacia monárquica, filhos de famílias abastadas, homens formados em universidades europeias, os quais disseminavam uma prática médica que, no Brasil, oscilava entre a magia permitida e as práticas ilícitas, inclusive, pela insuficiência de profissionais ou mesmo de práticos (RIBEIRO, 1997; FIGUEIREDO, 2002). A atuação de médicos frente às doenças restringia-se às grandes cidades do País, entre as quais, Recife, em Pernambuco, Salvador, na Bahia e Rio de Janeiro, além de algumas capitais de províncias, nesses casos, exclusivamente para atender as famílias ricas, ainda que câmaras municipais contratassem profissionais habilitados, os quais, infinitamente reduzidos, não respondiam às demandas existentes, em especial, em relação aos negros deixados à própria sorte.

Mesmo que populações pobres e negras escravizadas contassem com a solidariedade de Santas Casas de Misericórdia e com instituições religiosas caritativas na luta cotidiana contra as doenças, homens e mulheres, brancos e negros, recorriam às práticas ancestrais de cura realizadas por xamãs indígenas, negros curandeiros, mulheres negras, destacadamente, as parteiras, pois transbordavam sabedoria ancestral feminina (GURGEL, 2010; DEL PRIORI, 1993; MOTT, 1988). Conhecidas pelas habilidades no tratamento de doenças e no cuidado de enfermos, as mulheres negras ampliaram o rol dos agentes da cultura e da antropologia dos cuidados no Brasil, pois como parteiras, curandeiras, amas-de-leite, mães-pretas, velhas mandingueiras, benzedoras, rezadeiras, raizeiras, cozinheiras, vale dizer, negras sábias inseridas em uma sociedade patriarcal

escravista, constituíam um dos principais agentes de intervenção positiva ante um sofrimento físico ou espiritual durante o Brasil Colônia e o Brasil Império, mesmo que médicos existissem (DEIAB, 2005; SOUZA CAMPOS, 2012). Como destaca Márcia Moisés Ribeiro (1997), as atuações de médicos, além de reduzidas ou quase nulas em todo o Brasil Colônia, não raramente levavam à morte pessoas sob seus cuidados, em especial, mulheres durante o trabalho de parto.

O conhecimento ancestral feminino e as práticas de cura milenares em torno do cuidar e do curar fazem dos homens e mulheres negros agentes (in)formais imprescindíveis à manutenção da saúde no sistema escravista brasileiro. Mary Del Priori (1993) reafirma que a condição conferida às que partejavam, por exemplo, resultava em vantagem, privilégio e conquistas repassadas entre gerações, enquanto hierarquicamente os saberes distinguiam as escravas “das portas para dentro” daquelas escravas “das portas para fora” (GRAHAM, 1992; MOTT, 1988). Diante desse quadro, o artigo mapeia, nos relatos de Maria Graham, como saúde e doenças atravessam a sociedade brasileira que conheceu para, desse modo, caracterizar a forma com que essa viajante inglesa tece seus juízos sobre o que via e sentia.

Negros, adoecimentos e manutenção da saúde no Brasil escravista: o olhar de Maria Graham

Entre as referências da historiografia brasileira que problematizam femininamente o tema das viagens, para além do trabalho de Miriam Moreira Leite (2000), destaca-se, exemplarmente, *Mulheres viajantes no Brasil (1764 – 1820)*, livro organizado e apresentado por Jean Marcel de Carvalho França (2008), o qual divulga impressões do Brasil legadas por três viajantes estrangeiras, duas inglesas e uma francesa — Jemina Kindersley (1741 – 1809), Elizabeth Macquarie (1778 – 1835) e Rose Freycinet (1794 – 1832) —, as quais, em companhia de seus maridos, membros das forças armadas em seus países, viajam, desde a segunda metade do século XVIII e o começo do século XIX, para diversas partes do mundo. Maria Graham é citada no estudo como afirmação

de diferentes disponibilidades de acesso a temas distintos, pois “[...] sua narrativa, com detalhadas impressões da Bahia, do Rio de Janeiro e de outras partes do Brasil [...] é fruto de uma longa permanência aqui e de um íntimo contato com os brasileiros, experiência muitíssimo diferente da vivida pelas suas antecessoras” (FRANÇA, 2008, p. 15).

Durante a viagem para o Brasil, Maria Graham escreve suas impressões sobre o que via e o que sentia, porém, suas experiências são filtradas por seu lugar de fala, pois era branca, estrangeira, membro de uma elite culta, próxima de uma aristocracia que lhe permitia acessar lugares de destaque e prestígio social, inclusive, como manutenção de sua vida. Suas narrativas não são neutras, mas imbuídas de valores e de interesses pessoais; seus textos ressaltam como mulheres viajantes relatam em detalhes lugares conhecidos, não obstante, com o intuito de alcançarem a um certo público interessado pela “descrição detalhada e autêntica” de livros de viagens, bastante consumidos à época (CAMPOI, 2015; CAMPOS, 2009; SILVA, 2009; FRANÇA, 2008, p. 16).

Os relatos femininamente narrados exploram a literatura de viagem como uma possibilidade a mais para ampliar os lugares sociais que ocupavam, bem como suas finanças. Todavia, algumas escritoras endereçam suas cartas ou diários a parentes, companheiros ou pessoas próximas, e, nesses casos, as impressões, os sentimentos, as especificidades do olhar são encontrados com maior intensidade, ao desvelarem a um *jaez* pessoal (FRANÇA, 2008). Maria Graham (1785–1842) se enquadra nessa tipologia de viajante escritora. Filha do explorador George Dundas (1778–1834), viaja em família pelo mundo desde cedo, estuda pintura com William Alfred Delamotte (1775–1863) e recebe educação apurada durante sua formação. Aos 34 anos, reside na Itália, portanto, em 1819, quando escreve sobre o pintor Nicolas Poussin (1594-1665), bem como na Índia, cuja experiência resulta na publicação de seu primeiro livro de viagens.

Não por acaso, em 1821, a caminho da América do Sul, no navio comandado por seu marido, exerce a função de professora de literatura a um grupo da guarda-marinha em viagem de aprendizagem e de instruções no navio-escola britânico. Após a morte do marido, em 1822, como viúva, fica sob os cuidados de *Lord Cochrane* (1775–1860),

amigo da família, nascido Thomas Cochrane, 10.º Conde de Dundonald e Marquês do Maranhão, oficial naval e político britânico, quando reside alguns meses no Rio de Janeiro. Em 1823, regressa à Inglaterra e continua seus estudos com Joshua Reynolds (1723–1792), fundador da *Royal Academy*. De volta ao Rio de Janeiro, ainda em 1823, torna-se preceptora da princesa dona Maria da Glória (1819–1853), filha do Imperador Dom Pedro I (1798–1834). Nesse processo, retorna definitivamente à Inglaterra, em 1825, e se casa, pela segunda vez, em 1827, com o pintor Augustus Wall Callcott (1779–1844).

As viagens no século XIX eram intensas. As trocas de informação entre os chamados civilizados sobre culturas rotuladas como selvagens, exóticas, eram assaz valorizadas; assim, a publicação de diários se tornou comum, além de possibilitar a divulgação de países que recebiam viajantes, mesmo que filtrados pelo olhar estrangeiro, tratados em um processo unilateral de tradução, de imposição de juízos e de valores nem sempre correspondentes com o real. Como escrita epistolar, inclui-se aquela que coloca em contato o remetente ao destinatário utilizando correspondência, diários, cartas, missivas, cartões, bilhetes, entre outros. Maria Graham, viajante, escritora assídua sobre suas viagens, não ficou longe desse arquétipo de época e fez uso constante desse gênero de escrita, sobretudo na estrutura de seu diário escrito durante a viagem à América do Sul (CAMPOI, 2015; CAMPOS, 2009; SILVA, 2009; FRANÇA, 2008).

Diários podem ser compreendidos como cadernos pessoais, usados para escrever relatos de acontecimentos vividos no dia a dia. No século XIX, muitos foram publicados no formato de livros, como possibilidades de conhecimento das diferentes culturas existentes e também como manutenção das hierarquias sociais, culturais, de raça e de gênero. Escritos na forma de relatos detalhados, de anotações pessoais, de impressões acerca dos locais visitados (GOMES, 2004), foram largamente consumidos. Maria Graham fez proveito desse gênero discursivo para escrever suas obras, entretanto, cabe destacar, os relatos sobre as práticas de cura e as questões específicas dos cuidados com a saúde são esporádicas, ao aparecerem permanentemente de modo subliminar em seus registros, sem mencionar como os enfermos eram tratados, quais

eram as práticas de cura, além do repouso e da aplicação constante de “cáusticos” usados para o tratamento gastrointestinal. Contudo, ainda assim, é possível considerar que saúde e doenças atravessam o cotidiano, inclusive, dela própria, como segue:

16 de novembro [1821]. Vários de nossos moços e eu própria começamos a sentir as más conseqüências de expormo-nos demais ao sol e à chuva. Ontem eu me estava sentindo tão mal que tive de pôr um cáustico por causa da tosse e da dor de lado. Diversos outros tiveram graus de febre. Mas, de modo geral, a gente do navio tem tido notavelmente boa saúde (GRAHAM, 1990, p. 188).

O diário transformado em livro se divide em partes. O escopo das análises ora empreendidas refere-se, essencialmente, à primeira parte, na qual, a partir de 1821, Maria Graham relata o percurso de sua viagem às terras brasileiras, como destacam suas palavras iniciais: “Cerca de seis horas da tarde de 31 de julho, após haver saudado Sua Majestade o Rei Jorge IV, que no momento embarcava para Dublin no iate Royal George, partimos para a América do Sul, na Doris, fragata de 24 canhões” (GRAHAM, 1990, p. 103). Sua narrativa inicia a escrita do diário sobre a experiência além-mar, cuja chegada em terras brasileiras ocorre em 22 de setembro de 1821. A autora relata o dia a dia, salientando suas impressões acerca do novo, encarando as mais diversas esferas da vida social brasileira, movimento resultante em um heterogêneo, porém, detalhado portfólio a respeito de sua viagem, o qual acabou por acompanhar o processo de independência brasileira que a escritora considerou como “[...] um acontecimento tão importante como a emancipação de tamanho império do domínio da mãe-pátria” (GRAHAM, 1990, p. 21).

Contudo, ao tratar dos acontecimentos que marcaram as relações políticas entre Brasil e Portugal, a autora desvela o pitoresco, o instantâneo, isto é, o cotidiano que interpretou como devastador, mas também como encantador, no qual negros assumem um lugar diametralmente oposto ao comumente aceito, no caso, em relação à cultura dos cuidados. Em seus relatos, Maria Graham desvela suas casas como mais limpas, seus saberes como mantenedores da vida das pessoas, suas práticas como curativas, ainda

que o tema não constitua o cerne de suas observações. Assim, a autora expressa opiniões acerca de todas as instâncias que acha pertinente citar, mesmo considerando o público leitor, porém, “[...] diante do outro, se depara com evidências de sua própria identidade, estabelecendo comparações, divergindo ou aproximando-se da realidade encontrada [...]” (CAMPOI, 2013, p. 6).

Maria Graham expõe os seus pensamentos relativos à estrutura política do Brasil nas origens do Império, às cidades e às construções de seus prédios singulares, como igrejas, hospitais e residências, às sociabilidades fundadas na escravidão, bem como suas impressões alusivas ao clima, à alimentação, às condições das habitações, vale dizer, do cotidiano que permeia a vida de pessoas da Corte à escravaria, homens ou mulheres, velhos ou crianças, observados como rudes e desprovidos de educação, e assim, desvela um posicionamento “[...] ora apresentado como piedoso e convescente aos subalternos, ora apresentado como estritamente colonial e cruel em relação aos menos favorecidos [...]” (SOUSA, 2018). Seja como for, seu diário evoca o cotidiano das gentes simples, dos inominados, pois:

Além de escrever sobre seu círculo social, sobre as visitas e os bailes oferecidos pela elite carioca, Graham narrou sobre os usos e costumes da Corte, descreveu paisagens, visitas a usinas de açúcar, mercados de escravos, aldeias indígenas e sua estadia em casa de gente simples. Além de relatar, desenhou e pintou paisagens. Por outro lado, juntamente com relatos pitorescos, Maria Graham recheou seu livro com documentos (CAMPOI, 2013, p. 2).

Maria Graham relata acontecimentos no entorno da família real portuguesa no Brasil, por acompanhar de perto processos históricos e políticos do País como, por exemplo, a Independência, tema por ela destacado como um momento de expectativas, de tensões e de mudanças: “[...] Quarta-feira, 9 de janeiro [1922]. O dia de hoje, espera-se que seja decisivo no destino do Brasil. É preciso, porém, começar pela chegada de uma mensagem das Cortes de Lisboa ao Príncipe, intimando-o de que aprove às ditas Cortes que ele partisse imediatamente para a Europa” (GRAHAM, 1990, p. 213). O processo de independência atravessa o diário de Maria Graham e permite observar

como questões políticas faziam parte de seu cotidiano enquanto trata e acompanha de perto assuntos sobre a vida social brasileira na passagem do Brasil Colônia para o Brasil Império. Assim, como atestam os pesquisadores, escravidão e independência tornam-se os principais temas de seu livro (PORTO, 2017).

Nesse complexo quadro, as menções às enfermidades e os espaços institucionais construídos para a contenção das doenças emergem das observações de Maria Graham de modo fugidio, mas não menos importante por serem permanentemente mencionados, ainda que tangenciados ou mesmo não verticalizados, no que se refere aos seus agentes e às suas práticas de cuidar e de curar. Durante sua estadia em Salvador, Bahia, logo no início da viagem, por exemplo, em visita a um dos locais construídos para o cuidado de pessoas enfermas, a autora destaca: “[...] o hospital de Nossa Senhora da Misericórdia [...] além de seu uso como refúgio para doentes, dos quais há geralmente cerca de 120, mantém 50 moças de famílias decentes às quais fornece educação conveniente [...]” (GRAHAM, 1990, p. 171).

No Brasil, os cuidados com a saúde eram acionados somente quando as doenças atingiam a população de modo mais expressivo. Hospitais não eram reconhecidos como “espaços terapêuticos”, mas como “morredouros”, “recolhimento”, noção difundida tanto no mundo europeu, quanto no mundo latino-americano (FOUCAULT, 1996; KHOURY, 2004). Nesse sentido, a autora relata: “[...] O tratamento dos doentes é humano. Recebem boa comida e outras necessidades, mas a prática da medicina, ainda que melhorada nos últimos anos, não é a mais esclarecida” (GRAHAM, 1990, p. 172). Ineficiente em uma sociedade imersa em tradições milenares acerca da cultura dos cuidados, legado de negros africanos e de negros da terra, a história da medicina permite considerar que no Brasil escravista as artes de curar e de cuidar eram exercidas por escravos, inclusive, como obrigação ou como ofício (SOUZA CAMPOS, 1000; MOTT, 1988; FIGUEIREDO, 2002).

Não obstante, práticas de saúde são alteradas com a chegada da Família Real. Em 1808, são criadas instituições públicas de saúde, mesmo que essas tivessem como função maior a fiscalização do exercício da medicina, a realização de exames para interessados

em atuar oficialmente, bem como a aplicação de multas àqueles que exerciam a profissão sem autorização, porém, mais importante ainda, trata das garantias da salubridade na Corte, em outras palavras, o esquadramento de doentes contagiosos, o banimento de doentes das cidades, as medidas de purificação do ambiente urbano como parte de um processo original de estruturação da saúde na história do Brasil (MALERBA, 2000; KHOURY, 2004), entre outras. Restritiva, burocrática e ineficiente, a medicina praticada no Brasil, além de incipiente, era preterida.

A instalação da Coroa Portuguesa no Brasil provoca a deterioração, mas não a extinção da cultura e da antropologia dos cuidados, nominada como informal, popular, empírica, leiga, praticada por indígenas, por negros escravizados, os quais, como preconizado, trazem consigo o conhecimento ancestral adquirido sobre ervas, benzimentos, curativos, rezas, banhos, emplastos, aplicação de sanguessugas, extração de dentes e outras práticas de cuidar e de curar as doenças. O cuidar assume o lugar da manutenção da saúde a partir de práticas milenares, pois acessíveis e efetivas, não obstante, famílias senhoriais mantinham em sua escravaria “[...] mulheres negras que atendiam aos filhos de seu senhor como se fossem seus. Mães de criação, como eram chamadas, essas mulheres também eram parteiras, incorporadas à família senhorial como uma escrava especial e quase sempre alforriada” (SOUZA CAMPOS, 2012, p. 16).

As visitas realizadas por Maria Graham a cidades brasileiras desvelam o cotidiano de homens e mulheres que viviam e trabalhavam no Brasil. Seus relatos evidenciam como os negros emergiam em meio à paisagem e de que modo eram retratados, percebidos e significados, tanto pela autora, quanto pelos reinóis, de cujas narrativas, ora tratadas como vestígios históricos e sociais, é possível “[...] ouvir melhor a voz dos marginais [...]” (SCHMITT, 1990, p. 285). Assim, seu diário, ainda que um registro emanado do centro, desvela sinais preciosos, pois, ao registrar o que via, sentia e presenciava, Maria Graham constrói um painel amplo do cotidiano das gentes, assim como das dicotomias, como na passagem que segue:

Há poucos dias, ao voltar de um pic-nic, um grupo de cavalheiros encontrou uma pobre negra em estado miserável, jazendo à margem da estrada. Os cavalheiros ingleses recorreram aos companheiros portugueses para que lhe falassem e confortassem, pensando que ela os entenderia melhor. Mas eles disseram: “Oh! É só uma negra, vamos embora!”. E assim fizeram, sem querer saber mais dela. A pobre criatura, que era uma escrava despendida, foi levada ao hospital inglês, onde morreu dentro de dois dias. Suas doenças eram idade e fome (GRAHAM, 1990, p. 179).

A posição acerca dos tratamentos para com os negros permeia sua narrativa. A escritora expõe sensações de choque e de repugnância em relação ao sistema escravagista, destarte, a carga emocional, que acompanha suas anotações, não pode ser tratada como neutra. Assim, os excertos do diário de Maria Graham evocam os negros a partir de uma realidade marcada pela violência, pelo desespero de homens e mulheres vulnerabilizados em suas corporeidades e em seus sentimentos:

Vi hoje o Val Longo [Valongo]. É o mercado de escravos do Rio. Quase todas as casas desta longuíssima rua são um depósito de escravos. Passando pelas suas portas à noite, vi na maior parte delas bancos colocados rente às paredes, nos quais filas de jovens criaturas estavam sentadas, com as cabeças raspadas, os corpos macilentos, tendo na pele sinais de sarna recente. Em alguns lugares as pobres criaturas jazem sobre tapetes, evidentemente muito fracos para sentarem-se. Em uma casa as portas estavam fechadas até meia altura e um grupo de rapazes e moças, que não pareciam ter mais de quinze anos, e alguns muito menos, debruçavam-se sobre a meia porta e olhavam a rua com faces curiosas. Eram evidentemente negros bem novos. Ao aproximar-me deles, parece que alguma coisa a meu respeito lhes atraiu a atenção; tocavam-se uns nos outros para certificarem-se de que todos me estavam vendo e depois conversaram no dialeto africano próprio com muita vivacidade. Dirigi-me a eles e olhei-os de perto, e ainda que mais disposta a chorar. Fiz um esforço para lhes sorrir com alegria e beijei minha mão para eles; com tudo isso pareceram eles encantados; pularam e dançaram, como que retribuindo as minhas cortesias. Pobres criaturas! Mesmo que pudesse eu não diminuiria seus momentos de alegria, despertando neles a compreensão das coisas tristes da escravidão; mas, apelaria para os seus senhores, para quem os compra, e para os que vendem, e lhes imploraria que pensassem nos males que traz a escravidão, não somente para os negros, mas para eles próprios e, não somente para eles, mas para suas famílias e para suas descendências (GRAHAM, 1990, p. 274-275).

A escritora enfatiza um posicionamento contrário ao modelo de sociedade vigente ao denunciar, através de seus relatos, consequências que a cultura da escravização traria à sociedade brasileira, inclusive, como propaganda inglesa em prol da abolição do sistema escravagista (CAMPOS, 2009; PORTO, 2017). Contudo, a narrativa desvela premissas que a “epistemologia feminista” (RAGO, 1985; SILVA, 2021) considera como produtoras de um conhecimento centrado no feminino, vale dizer, a partir de vivências de mulheres.

[...] 22 de novembro. Afinal todos os doentes, salvo eu, estão melhores; mas com um novo cáustico, posso fazer pouco mais que escrever, ou olhar pela janela da cabine, e, quando olho, estou certa de ver alguma coisa desagradável. Neste momento mesmo, há um navio negreiro desembarcando sua carga, e os escravos estão cantando enquanto vão para a praia. Deixaram o navio e percebem que vão para terra firme. E assim, ao comando de seu feitor, estão a cantar uma das canções de sua terra em um país estranho. Pobres desgraçados! Pudessem eles antever o mercado de escravos, a separação de amigos e parentes a que ali se procederá, a marcha para o interior, o trabalho nas minas e nos engenhos de açúcar, e a canção deles seria um grito lamentoso (GRAHAM, 1990, p. 191).

Maria Graham evidencia sua desaprovação em relação à escravidão. Porém, considerava que, ao relatar determinadas cenas, reconhecia a impressão e os sentimentos que causaria em seus leitores, destacadamente, os ingleses. Assim, fazia questão de relatar com riqueza de detalhes e carga sentimental o que via para, desse modo, desvelar o caráter ímpio dessa prática que narrava com “vergonha e indignação” (GRAHAM, 1990, p. 170). O protagonismo dos negros e negras na sociedade brasileira, ainda que tangenciado no diário de Maria Graham, evoca algumas esferas do cuidado, como o tratamento de enfermidades em torno das febres, das cefaleias, das doenças dos intestinos, do coração, a realização de pequenas cirurgias, a extração de dentes, por exemplo, nas práticas cotidianas do cuidado de crianças, de idosos, de mulheres grávidas que atingem a nutrição, da higiene pessoal e do meio ambiente vivido, inclusive, como um dos temas preferidos em algumas ocasiões, como em Salvador, ao acompanhar Miss Pennell em visita à cidade, desabafa: “[...] não era porque faltasse assunto para conversa.

O tópico principal, contudo, era o elogio da beleza da Bahia; vestidos, crianças e doenças, creio que enchiam o resto” (GRAHAM, 1990, p. 169).

Sobre a alimentação da população negra e pobre, seu diário revela consistir basicamente “[...] de farinha de mandioca, carne seca e peixe salgado” (GRAHAM, 1990, p. 127). Entretanto, as diferenças existentes, incluindo todas as esferas que compõem a vida cotidiana, não eram tão distantes assim, mas sofriam alterações se comparadas com as cidades que visitou, como em Recife, Pernambuco, sobre a qual destaca a alimentação como escassa, cara, com exceção das frutas, servidas e consumidas por todos os habitantes, identificadas como saborosas e estimulantes — um traço da nutrição local. Porém, a comida distinguia os reinóis, como relata:

[...] Fui hoje ao mercado, onde há pouca coisa: carne de vaca rara e cara, não há carneiro, poucas aves, escassos porcos, repugnantes, porque são alimentados na rua, onde se atira tudo, e onde eles e os cães são os únicos encarregados da limpeza [...], não se encontra leite. O pão com farinha de trigo americana é [...] duas vezes mais caro que na Inglaterra, e os bolos de mandiocas cozidos com leite de coco não estão ao alcance da gente pobre (GRAHAM, 1990, p. 137).

Havia produtos alimentícios usados em comum, como a farinha de mandioca, que “[...] na mesa dos ricos é usada em todos os pratos que se comem [...] os pobres empregam-na de todas as formas [...] nenhuma refeição está completa sem ela” (GRAHAM, 1990, p. 196), bem como as guloseimas que “[...] desde os nobres até os escravos, doces de todas as espécies, desde as mais delicadas conservas e confeitos até as mais grosseiras preparações de melaço, são devoradas em grosso” (GRAHAM, 1990, p. 197). A alimentação de negros escravizados se conectava à sua atividade, pois escravos de engenhos de açúcar, de fazendas de agricultura e escravos urbanos não tinham o mesmo cardápio, mesmo com uma mesma base alimentar, o que variava era o modo de preparo, pois a sopa de mandioca cozida com pedaços de carne-seca era “[...] o principal alimento da gente pobre e dos escravos” (GRAHAM, 1990, p. 158).

No que se refere às habitações, Maria Graham descreve as casas, de modo geral, como precárias, ainda que, se vistas de longe, compunham um cenário idílico, pois

brancas, tingidas na exuberância da paisagem verdejante junto ao mar. Ao tratar as moradias habitadas por negros, traduzidas como “cabanas”, as narrativas desvelam que, além desses espaços constituírem lugares de afirmação ancestral, de afetividade, são mais limpas que as dos reinóis. Ao escrever sobre sua visita à casa de um português, relata suas impressões como seguem: “[...] as casas, na maior parte, são repugnantemente sujas. O andar térreo consiste geralmente em celas para escravos, cavalariças, etc.” (GRAHAM, 1990, p. 168), entretanto, ao tratar as habitações das famílias negras que conheceu, revela “[...] nas suas cabanas podem usufruir alguma coisa semelhante às bênçãos da liberdade, nos laços e benefícios da família, que eles não estão impedidos de manter. Entrei em várias das cabanas e achei-as mais limpas do que esperava” (GRAHAM, 1990, p. 178).

Mesmo que Maria Graham tenha relatado suas experiências sobre o que via de forma contundente, saúde e doença não constituíam o tema de suas escritas, ao contrário, seus relatos, como sinalizado, atingem a muitas outras categorias centralizadoras. Entretanto, ambas estão presentes em seu diário como parte da vida humana. Ao saírem de Salvador, na Bahia, por exemplo, ainda no início de sua estadia no Brasil, revela: “[...] minha saúde está tão ruim que se não fosse em obediência a esse dever de civilidade a que me julgo obrigada, não teria vindo à terra, mas tudo está feito e estamos no momento de levantar âncora” (GRAHAM, 1990, p. 192). A morte do marido, cujos motivos não são destacados, revela que o adoecimento atravessa sua viagem quando menciona: “Sexta-feira, 16 de novembro [1921]. O capitão Graham foi tomado de uma doença súbita e alarmante [...]. As desordens desse clima estão lamentavelmente enfraquecendo-o, atacam-lhe tanto a alma como o corpo, produzindo uma dolorosa sensibilidade ao mais leve incidente” (GRAHAM, 1990, p. 188–189). Ainda que seus relatos tangenciem as práticas e os agentes do cuidar e do curar, as enfermidades acompanham permanentemente a escrita de seu diário, inclusive, em diferentes passagens, autodenominando-se enfermeira, por cuidar de doentes como os guardas-marinha e o próprio capitão, seu marido, que sofria com complicações atribuídas à formação de cálculos e cólica renal.

No Brasil, como mencionado, homens e mulheres negros, por transbordarem a cultura de cuidados, constituíam os principais agentes ante os males que afetavam as pessoas, sem exceção, na passagem do Brasil Colônia para o Brasil Império (SOUZA CAMPOS, 2008). Desse modo, não é incorreto afirmar que negros praticavam as artes de curar e de cuidar no mais amplo sentido, não somente no tratamento de ferimentos, fraturas, feridas, na extração de dentes, na diminuição das febres, das diarreias, das dores, ou ainda no delicado trabalho de fazer nascer das parteiras. As artes de curar e de cuidar que incluíam a manutenção da saúde, a administração das dietas, a higiene pessoal, a limpeza das roupas, os afetos, ainda que marginalizadas, foram efetivas e recorrentes (CHALHOUB, 1994; DEL PRIORI, 1993; GURGEL, 2010; VAINFAS, 1989).

Como atestam os autores consultados, curandeiros, barbeiros-cirurgiões e boticários utilizavam rezas, remédios à base de ervas, banhos, infusões, e assim, curavam as moléstias, aplacavam as dores e salvavam as vidas de muitos que, ainda cativos, eram aproveitados por seus senhores como escravos de ganho (FIGUEIREDO, 2002). Com a tentativa de estruturação da medicina no contexto das práticas ancestrais de cuidado com a saúde, praticamente as únicas no período, tornam-se malquistas e “[...] pertencentes a um conjunto de atitudes ‘pré-rationais’ e ilógicas, fruto de uma mistura de culturas, visto pejorativamente, e do ‘abandono’ em que viveram as povoações brasileiras, especialmente durante o período colonial” (WITTER, 2001, p. 14). Não obstante, a cultura dos cuidados que domina as práticas de cuidar e de curar durante a longa experiência da escravidão, ainda que consideradas coadjuvantes nos relatos de viagem, ou mesmo que Maria Graham tenha tangenciado o exercício secular do saber ancestral, sobretudo, dos agentes do cuidar, do curar, de suas práticas, os cuidadores negros do Brasil estavam lá, a serviço da cura.

Considerações finais

Como permitem considerar as teorias da história, em diferentes contextos, historiadores se propuseram a não mais periodizar acontecimentos, mas perscrutar seus

meandros, perceber os burburinhos como fios que tecem o tempo, mas não à *Moira*. As novas perspectivas historiográficas multiplicam estudos interdisciplinares cujas abordagens provocam o encontro de saberes distintos, com interesses convergentes em um processo ampliado de diálogo no qual os resultados reconhecem o presente-passado não como concluído, pronto ou acabado, mas atravessado por dinâmicas próprias da história, as quais, por sua vez, movem a existência humana. Os relatos de Maria Graham não verticalizam o lugar do cuidado, das doenças que ceifavam as vidas dos escravos, das práticas de cura realizadas por eles, contudo, os enfermos, as enfermidades, o adoecimento, o processo morte-morrer acompanham sua viagem. Assim, no cruzamento dos registros epistolares com a historiografia, os achados reiteram que homens e mulheres negros constituíam agentes prioritários da saúde no longo tempo que recobre o sistema escravista no Brasil.

Referências

- ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.
- CAMPOI, Isabela Candeloro. *As mulheres brasileiras da elite urbana oitocentista através do diário de Maria Graham*. In: **Congresso Internacional de História**, 2013. Maringá. Anais eletrônicos... Disponível em: http://www.cih.uem.br/anais/2013/trabalhos/671_trabalho.pdf. Acesso em: 1 jun. 2018.
- CAMPOI, Isabela Candeloro. *Sob o olhar de uma estrangeira: independência do Brasil e mulher da elite oitocentista no diário de Maria Graham*. In: VENANCIO, Giselle; VIANA, Larissa; SECRETO, Maria Verónica (orgs.). **Sujeitos da História: perspectivas e abordagens**. Niterói: Eduff, 2015. p. 407-427.
- CAMPOS, Maria. *Relatos de viagem e a obra multifacetada de Maria Graham no Brasil*. **Sitientibus**, Feira de Santana, n. 41, p. 99-114, jul./dez. 2009.
- CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- DEIAB, Rafaela. *A memória afetiva da escravidão*. **Revista História Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, n. 4, p. 36-40, 2005.
- DEL PRIORI, Mary. **Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no Século XIX**. Brasiliense: São Paulo, 1984.

- FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. **A arte de curar**: cirurgiões, médicos, boticários e curandeiros no século XIX em Minas Gerais. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002.
- FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras**. Rio de Janeiro: Ed. Nacional, 1995.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. São Paulo: Graal, 1996.
- FRANÇA, Jean Marcel de Carvalho. **Mulheres viajantes no Brasil (1764-1820)**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.
- GOMES, Angela M. de Castro. **Escrita de si, escrita da História**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- GRAHAM, Maria. **Diário de uma viagem ao Brasil**. Tradução Américo Jacobina Lacombe. São Paulo: EDUSP, 1990.
- GRAHAM, Sandra Lauderdale. **Proteção e obediência**: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro (1860-1910). São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- GURGEL, Cristina. **Doenças e curas**: o Brasil nos primeiros séculos. São Paulo: Contexto, 2010.
- KHOURY, Yara Aun (coord.). **Guia dos arquivos das Santas Casas de Misericórdia do Brasil**: fundadas entre 1500 e 1900. São Paulo: Imprensa Oficial, 2004.
- LARA, Sílvia Hunold. **Campos da violência**: estudo sobre a relação senhor-escravo na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808. São Paulo: Paz e Terra, 1988.
- LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. *Mulheres viajantes no século XIX*. **Cadernos Pagu**, n. 15, São Paulo, 2000.
- MACHADO, Maria H. P. Teixeira. **Crime e escravidão**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- MALERBA, Jurandir. **A corte no exílio**: civilização e poder no Brasil às vésperas da independência (1808-1821). São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- MELLO E SOUZA, Laura de. **O diabo e a Terra de Santa Cruz**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- MOTT, Maria Lúcia de Barros. **Submissão e Resistência** - a Mulher na Luta Contra a Escravidão. São Paulo: Contexto, 1988.
- ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira & identidade nacional**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- PORTO, Maira Guimarães Duarte. **Para inglês ver**: uma análise de *Journal of a voyage to Brazil*, de Maria Graham. 114 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de História da Universidade de Brasília, 2017.
- RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1930. São Paulo: Paz e Terra, 1985.
- RIBEIRO, Márcia Moisés. **A ciência dos trópicos**: a arte médica no Brasil do Século XVIII. São Paulo: Hucitec, 1997.
- SCHMITT, Jean-Claude. *A história dos marginais*. In: LE GOFF, Jacques. **A nova História**. São Paulo: Martins Fontes, 1990, p. 261-290.
- SILVA, Flaviana Aparecida da. **Uma “viajante de letras” no Império do Brasil**: relações de gênero e redes de sociabilidade nos relatos de viagem de Maria Graham (1821-1825). Dissertação (Mestrado) – Programa de História da Universidade Federal de Juiz de Fora, UFJF, 2021.

SILES-GONZÁLES, Jose.

SILVA, Isadora Eckardt da. **O viés político e histórico de Maria Graham em Diário de uma viagem ao Brasil**. 169 f. Dissertação (Mestrado em Teoria e História Literária) Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, 2009.

SOUSA, Maria Tereza Pinto de. **Entre tintas e papel: marcas do discurso colonizador no diário de Maria Graham ao Brasil em 1821, 1822 e 1823**. 84 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Estudos Literários da Universidade Federal de Rondônia, UFR, 2018.

SOUZA CAMPOS, Paulo Fernando. *Los Negros y los cuidados em las familias de Brasil: una visión histórica e iconográfica*. **Cultura de los Cuidados - Revista de Enfermería y Humanidades**, Alicante, n. 24, p. 26-34, 2008.

SOUZA CAMPOS, Paulo Fernando de. *Cuidadoras negras do Brasil*. **Acta Científica**, Engenheiro Coelho, v. 21, n. 3, p. 11-20, set./dez. 2012.

VAINFAS, Ronaldo. **Trópicos do pecado: moral, sexualidade e inquisição no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

WITTER, Nikelen Acosta. **Dizem que foi feitiço: as práticas da cura no sul do Brasil (1845 a 1880)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

Os Autores

Paulo Fernando de Souza Campos

Universidade Santo Amaro – UNISA

Bruno dos Santos Barbosa

Universidade Santo Amaro – UNISA

Recebido em 04/2023 • Aprovado em 05/2023 • Publicado em 07/2023